

UM FREIO À CORRIDA ARMAMENTISTA

Tenente-Brigadeiro

NELSON FREIRE LAVENERE-WANDERLEY

Os governos das duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, têm um compromisso com o resto do mundo, o de tentarem uma limitação das suas armas estratégicas nucleares.

Essa limitação seria um primeiro passo para o freamento da corrida armamentista nuclear que, tão perigosamente, vem aumentando os já enormes estoques de armas nucleares das duas superpotências; muito além do que o necessário para uma completa destruição mútua.

Esse compromisso, de limitação das armas estratégicas nucleares, ficou expresso no texto do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares que, no seu Artigo VI, diz:

"Cada parte deste Tratado compromete-se a prosseguir, de boa fé, negociações sobre medidas efetivas para a cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um tratado de desarmamento geral e completo sob estrito e eficaz controle internacional."

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares foi aprova-

do e aberto à assinatura dos países em 1.º de julho de 1968; depois de assinado por mais de 90 países e ratificado por mais de 43 países, o referido Tratado entrou em vigor em 5 de março de 1970.

Mas as duas superpotências têm um compromisso moral maior do que o compromisso escrito do texto do Tratado.

Durante a elaboração do Tratado as delegações dos países militarmente não nucleares, repetidamente, chamaram a atenção para os dois tipos de proliferação de armas nucleares, ambos perigosos: a "proliferação horizontal de armas nucleares"; isto é, o surgimento de armas nucleares em países militarmente não nucleares e a "proliferação vertical de armas nucleares"; isto é, a produção em maior número de armas nucleares pelos países que já são potências militarmente nucleares.

Todos os países militarmente não nucleares, ao aceitarem o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, querem que as potências nucleares, também, deixem de proliferar as suas numerosíssimas armas nucleares.

Nesta fase histórica em que se procura institucionalizar, por meio de um tratado a divisão permanente do mundo em países militarmente nucleares e países, militarmente não nucleares, as duas superpotências têm um compromisso moral com o resto do mundo de não proliferar as suas armas nucleares; elas não se podem permitir uma corrida armamentista nuclear sem freios, como a que o mundo temeroso assiste atualmente.

Naturalmente, além desse compromisso existe o interesse econômico das duas superpotências de evitar novas grandes despesas com armamentos, que não acarretam acréscimo de sua segurança militar, e o interesse de evitar uma corrida armamentista infundável que, além de aumentar a grande dose de desconfiança e tensão já existente entre as duas superpotências, pode levá-las a um choque fatal.

Protelação

Desde julho de 1968, quando foi assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que se esperava que delegações das duas superpotências se reunissem para tratar da limitação de armas estratégicas nucleares.

A invasão da Tcheco-Eslováquia pelos soviéticos, em agosto de 1968, foi um primeiro fator que retardou o início de negociações.

Ao assumir o Governo norte-americano, em janeiro de 1969, o Presidente Nixon, alegando que

necessitava de tempo para se ambientar no problema, não concordou que fosse logo marcada uma data para as convenções sobre o assunto.

O aparecimento de novos tipos de armas nucleares, como a ogiva nuclear múltipla e o míssil antimíssil, fazia com que os meios militares das duas superpotências quisessem ganhar tempo para proceder às experiências necessárias, antes que as suas delegações se reunissem para discutir a limitação das armas estratégicas nucleares.

Finalmente, foi anunciado o início das referidas conversações para o mês de novembro de 1969.

As SALT

As primeiras conversações sobre a limitação de armamentos estratégicos (*Strategic Arms Limitation Talks* — SALT) foram iniciadas, na capital da Finlândia, no fim do mês de novembro de 1969 e duraram quatro semanas; a delegação norte-americana é chefiada por Gerard Smith e a soviética pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores Semyonov.

Em maio de 1970 as referidas conversações foram reiniciadas na cidade de Viena.

Apesar do rigoroso sigilo que tem cercado as conversações, estas têm tido farta cobertura jornalística, dada a sua excepcional importância; redatores especializados em questões de desarmamento vêm debatendo o assunto

da limitação de armas estratégicas, a qual envolve muitos fatores políticos e estratégicos.

Para uma melhor compreensão do problema, é indispensável revermos alguns aspectos da estratégia nuclear e fixarmos algumas definições de termos comumente empregados e que, nem sempre, são bem compreendidos.

Estratégia nuclear

Guerra estratégica nuclear é o conjunto de operações visando ao emprêgo de armas nucleares contra as fontes de poder do inimigo e contra as suas forças estratégicas de ataque.

No passado, o problema do estrategista era reunir e aplicar, no momento e nas circunstâncias decisivas, uma força superior à do inimigo; com isso era, geralmente, obtida a vitória militar ou o objetivo político desejado; era imposta ao inimigo a vontade do mais forte ou do que tivesse sabido, estrategicamente, aplicar a força militar de modo mais adequado.

Quando se trata de duas grandes potências nucleares, a posse de uma superioridade no número de armas nucleares não proporciona ao país a segurança militar que, no passado, proporcionava uma superioridade relativa em forças convencionais terrestres, navais e aéreas.

Nesse caso, a finalidade primordial do potencial nuclear tem de ser a de evitar a guerra; conforme as condições, nem sempre "a guerra é a continuação da po-

lítica por outros meios"; se o potencial nuclear das grandes potências nucleares vier a ser usado, terá de sê-lo parceladamente e com grandes restrições, porque a escalada nuclear indiscriminada conduz à aniquilação total dos dois adversários e não atende a nenhum objetivo militar ou político; não haverá vitória nem vencedores; daí a estratégia militar chamada de "resposta controlada" preconizada, atualmente, pelos Estados Unidos.

Uma superpotência que mantenha suas armas nucleares estratégicas em situação muito vulnerável sabe que essas armas só servirão se ela tomar a iniciativa do ataque; com isso se configura, para a referida superpotência, uma atitude estratégica mais perigosa, porque pode ser interpretada, pelo adversário, como sendo uma atitude que envolve a intenção de ser a primeira a desferir um ataque nuclear.

Os riscos de desencadeamento de uma guerra nuclear são diminuídos quando ambos os adversários aumentam o grau de invulnerabilidade das suas armas nucleares estratégicas; nesse caso, nenhum dos lados pode ter a certeza de desarmar suficientemente o adversário, tomando a iniciativa de um ataque de surpresa.

A "destruição garantida"

Em estratégia nuclear chama-se de **deterrência** a ação de dissuasão que um país procura exercer sobre o outro, com o objetivo

de evitar a guerra nuclear, baseada na ameaça de destruição em massa que seria causada no atacante, mesmo que este desfira um ataque inicial de surpresa.

Atualmente pode-se dizer que o objetivo principal do arsenal nuclear das superpotências é a **deterência** de uma guerra nuclear.

Mas a **deterência** é tanto um problema militar como psicológico; depende da avaliação que o agressor faz do risco envolvido e não apenas do exame de situação feito pelo lado que procura exercer a ação de **deterência**; depende das atitudes e intenções do agressor em potencial.

A **deterência** é uma questão de forças em ser do lado de quem faz a **deterência** e de atitude mental do lado do inimigo.

A estratégia nuclear não pode ser baseada exclusivamente na idéia da **deterência**; tem de ser baseada, também, na idéia da sobrevivência caso a **deterência** falhe.

A idéia de que, pelo fato de existir entre as duas superpotências um equilíbrio de **deterência** mútua, a possibilidade de uma guerra nuclear está afastada, não resiste a uma análise mais profunda.

A **deterência** mútua entre as duas superpotências, chamadas às vezes de "equilíbrio do terror", não é algo de automático e estático, causado pela simples existência de grandes estoques de armas nucleares em ambos os lados; e as duas superpotências continuam num intenso esforço

para salvaguardar a sua capacidade de retaliação, para manter a sua capacidade de **destruição garantida**, mesmo depois de ter sofrido um ataque nuclear de surpresa.

As medidas militares de um lado, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo dos armamentos, obriga o outro lado a uma revisão constante de programas militares.

A paz entre as duas superpotências depende, em grande parte, da capacidade de cada uma delas de fazer a **deterência** da outra, por uma ameaça de retaliação que cause no atacante uma destruição em massa insuportável.

Se um dos lados ou ambos os lados estiverem em condições de destruir, por um ataque de surpresa, as forças nucleares de retaliação do adversário, o sistema de **deterência** pode se tornar inoperante.

Atualmente, nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem atacar um ao outro, mesmo obtendo uma surpresa inicial completa, sem sofrer, por sua vez, uma destruição maciça em retaliação.

Isto porque cada lado conseguiu e procurará manter no futuro um alto grau de invulnerabilidade de suas forças nucleares estratégicas, o que lhe garante uma capacidade de desferir um segundo golpe contra o agressor.

Ambos os lados procuram manter inalterada a sua capacidade de **destruição garantida**, isto é, a capacidade de infligir ao agressor, em todas as circunstâncias

previsíveis, um grau de destruição intolerável, mesmo depois de sofrer um ataque nuclear de surpresa.

As explicações acima, podemos acrescentar duas definições, de expressões correntes no jargão dos estrategistas nucleares:

— "Capacidade militar de apresentar o primeiro golpe (nuclear)"

— "**first strike military capacity**"

— É a capacidade militar de desencadear um ataque inicial tão destruidor, nas forças de mísseis estratégicos, de submarinos nucleares e de aviões de bombardeio de longo raio de ação do inimigo, de modo que este não possa retaliar nuclearmente de modo efetivo.

— "Capacidade militar de apresentar um segundo golpe (nuclear)" — "**second strike military capacity**" — É a capacidade militar de retaliar nuclearmente, com um segundo golpe, depois de se ter sofrido o ataque nuclear inicial do inimigo.

Logo após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos surgiram como a única potência nuclear do mundo e possuidora, além disso, de uma enorme frota de aviões de bombardeio de longo raio de ação, capazes de lançar a bomba atômica em qualquer ponto do globo.

Logo após o término da guerra, a União Soviética começou a se armar nuclearmente e conseguiu desenvolver as suas próprias bombas atômicas e de hidrogénio.

No início da década dos 50, a União Soviética, já possuidora de uma frota de aviões de bombardeio de longo raio de ação, esta-

va em condições de lançar armas nucleares sobre o território norte-americano.

Havia porém, ainda, uma grande superioridade militar dos Estados Unidos que possuíam um estoque muito maior de armas nucleares, que tinham desenvolvido um elaborado sistema de defesa contra aviões e que podiam infligir à União Soviética danos muito superiores aos que esta tinha probabilidade de causar à nação norte-americana; foi a estratégia militar chamada de "retaliação maciça."

Já nos primeiros anos da década dos 60 a situação tinha mudado; ambas as superpotências tinham acumulado enormes estoques de armas nucleares, muito em excesso do que seria necessário para devastar o país adversário.

A ênfase da corrida armamentista nuclear, entre as duas superpotências, deixou de girar em torno dos estoques de armas nucleares, que eram mais que suficientes, e passou para os veículos vetores de armas nucleares.

Nessa época já tinham sido desenvolvidos e aperfeiçoados os mísseis nucleares intercontinentais que alteraram profundamente as condições da confrontação nuclear e que obrigaram a uma revisão completa da estratégia nuclear.

Os mísseis intercontinentais substituíram os aviões de bombardeio de longo raio de ação como vetores de primeira linha das armas nucleares; ao mesmo tempo, as possibilidades estraté-

gicas da ofensiva nuclear se distanciaram enormemente em relação às possibilidades da defensiva contra aqueles meios de ataque.

Os mísseis intercontinentais além de constituírem, atualmente, os principais sistemas de armas nucleares estratégicas passaram, também a ser os alvos mais visados, que serão atacados com prioridade absoluta numa guerra nuclear.

Grande parte da corrida armamentista gira, agora, em torno do desenvolvimento de mísseis nucleares estratégicos cada vez mais aperfeiçoados.

Em 1969, as principais forças nucleares estratégicas norte-americanas e soviéticas que se confrontavam eram as seguintes:

USA URSS

Mísseis nucleares intercontinentais em silos subterrâneos	1.054	900
Mísseis nucleares a bordo de submarinos	656	30
Soma	1.710	930

Atualmente, os mísseis nucleares estratégicos norte-americanos mais aperfeiçoados são os Minuteman-III, instalados em silos subterrâneos blindados e os Poseidon existentes a bordo dos submarinos nucleares, todos usando combustíveis sólidos, o que permite uma complexidade menor e uma rapidez de disparo muito maior.

O míssil nuclear estratégico mais aperfeiçoado dos soviéticos é o SS-9 que leva uma ogiva nuclear de um número maior de megatons do que a dos mísseis intercontinentais norte-americanos.

Novos desenvolvimentos

Os desenvolvimentos mais recentes no campo dos mísseis nucleares são:

a) O míssil de ogiva múltipla (Multiple Independently Targeted Re-entry Vehicle — MIRV) que foi desenvolvido pelos norte-americanos depois que, em 1966, os soviéticos começaram a construir uma rede de mísseis antimíssil em torno de Moscou; essa rede, designada pelo nome de código GALOSH, tem 67 postos já assinalados pelos satélites de observação.

O míssil de ogiva múltipla, na última parte da sua trajetória, se decompõe em várias ogivas nucleares, lançadas em direções diferentes, atacando ao mesmo tempo vários alvos e saturando as defesas; entre as ogivas há algumas que são simples engodos mas que, nos radares inimigos, aparecem como se fossem ogivas nucleares verdadeiras; além das falsas ogivas são lançados, ao mesmo tempo, artefatos de contramedidas eletrônicas que provocam indicações falsas nos radares inimigos.

Dessa maneira a tarefa da defesa torna-se muito difícil.

A interceptação de um míssil intercontinental atacante ba-

seia-se no cálculo, por meio de computadores, da trajetória balística do míssil; no caso do míssil de ogiva múltipla, quando ele, já na parte descendente da trajetória, se fraciona em várias outras ogivas, lançadas em direções diferentes, já não há quase mais tempo útil para calcular as várias trajetórias divergentes das ogivas; de qualquer modo, a interceptação das várias ogivas obriga a um dispêndio muito maior de mísseis antimíssil.

O míssil de ogiva múltipla (MIRV) torna mais difícil as negociações para a limitação de armas estratégicas nucleares; mesmo que se saiba o número de mísseis estratégicos existentes nos silos subterrâneos e nos submarinos nucleares, prontos para serem disparados, não se pode saber quantas armas nucleares estão sendo por eles transportadas e, portanto, quantos objetivos poderão ser atacados ao mesmo tempo.

Os satélites de observação podem fotografar os mísseis mas não podem assinalar quantas armas nucleares cada um deles está levando nas suas ogivas múltiplas.

O MIRV Minuteman III poderá ter três ogivas de 200 quilotons cada uma; o Poseidon, usado a bordo dos submarinos nucleares, poderá ter 14 ogivas de 30 a 50 quilotons cada uma; o MIRV soviético, usando o míssil SS-9, poderá levar 5 ogivas de mais de um megaton cada um.

b) O míssil de órbita fracionada (Fractional Orbit Bombard-

ment System — FOBS) é um míssil balístico intercontinental que é lançado para entrar em órbita em torno da Terra; depois de percorrer uma porção da órbita, ele sofre uma deceleração e inicia a queda sobre o território inimigo.

O míssil de órbita fracionada foi desenvolvido pelos soviéticos; é bem mais caro que o míssil intercontinental comum e transporta uma ogiva menor.

Para os norte-americanos, o perigo maior do míssil de órbita fracionada reside no fato de que ele pode ser lançado de modo a se aproximar do território dos Estados Unidos vindo do Sul, atravessando territórios onde não existem redes de alarme e de defesa articuladas.

Além disso, o míssil de órbita fracionada tem o apogeu da sua órbita mais baixo do que o apogeu da trajetória dos mísseis intercontinentais comuns, dificultando a sua detecção pelos radares de longo alcance.

c) O míssil antimíssil, como o nome está dizendo, é um míssil defensivo destinado a interceptar e destruir, principalmente, os mísseis intercontinentais do inimigo.

Normalmente, o desenvolvimento de armas defensivas não é considerado como um fator de provocação estratégica; mas o desenvolvimento de um sistema de mísseis antimíssil é considerado, por algumas correntes de opinião norte-americanas, como um fator de instabilidade da con-

frontação nuclear, obrigando o adversário a construir um número maior de mísseis Intercontinentais nucleares, para continuar em condições de vencer as defesas inimigas; em consequência, o sistema de mísseis antimíssil, de acordo com as referidas correntes de opinião, concorreria para a aceleração da corrida armamentista, anulando o acréscimo de segurança que o sistema poderia proporcionar.

Os norte-americanos estão procurando desenvolver um sistema limitado de mísseis antimíssil, denominado Salvaguarda, para fazer face, pelo menos, à ameaça nuclear chinesa na década dos 70; esse sistema, que é uma redução do sistema Sentinel inicialmente planejado, poderá ser ampliado, posteriormente, para fazer face, pelo menos parcialmente, à ameaça soviética.

O sistema Salvaguarda compõe-se de:

— uma rede de Radares de Detecção Perimetral (Perimeter Acquisitions Radars — PAR);

— um certo número de mísseis de defesa de área, de longo raio de ação, do tipo Spartan; esses mísseis teriam a capacidade de destruir um míssil intercontinental atacante enquanto este ainda se encontrasse a várias centenas de quilômetros de altitude, fora da atmosfera; para poder destruir o outro míssil, nessas condições, o Spartan leva uma ogiva nuclear de dois megatons;

— um certo número de mísseis de defesa local, do tipo Sprint, destinados a destruir os mísseis

atacantes a altitudes menores, já dentro da atmosfera; o míssil Sprint sobe, em poucos segundos, a uma altura de vários milhares de metros e pode realizar a interceptação do míssil inimigo até a altura de 30 mil metros; o Sprint leva uma ogiva nuclear bem menor, da ordem de 10 quilotons, dada a proximidade relativa da sua explosão nuclear em relação aos alvos a serem defendidos.

Os mísseis de ogiva múltipla e os sistemas de mísseis antimíssil aparecem como os tópicos de maior importância nas conversações para a limitação de armas estratégicas, ora sendo conduzidas pelos soviéticos e norte-americanos.

“Superdestruição” (“overkill”)

A expressão **overkill** usada pelos estrategistas militares, tem dado margem a muitas incompreensões, principalmente quando se tenta traduzi-la ao pé da letra para o português, daí terem surgido várias traduções pouco corretas como: “supermatança”, “sobremorte”, “sobreaniquilamento” etc...

Overkill surgiu no jargão dos militares durante a II Guerra Mundial, por ocasião dos bombardeios estratégicos realizados contra a Alemanha e referia-se ao excesso do poder explosivo das bombas aplicadas contra um objetivo, algumas vezes em bombardeios sucessivos.

Atualmente, em estratégia nuclear, a expressão **superdestrui-**

ção (overkill) aplica-se com referência ao excesso de capacidade de destruição das armas nucleares existentes nos estoques das superpotências.

Superdestruição (overkill) é a capacidade de desfechar um ataque bem mais forte que o necessário para alcançar a destruição desejada.

Na confrontação nuclear das duas superpotências, chama-se **superdestruição (overkill)** a capacidade que cada uma delas tem, em armas nucleares e respectivos vetores, muitas vezes superior à necessária para arrasar os principais objetivos da outra, obliterando-a como sociedade organizada.

Os estrategistas calculam em 250 o número necessário de explosões nucleares, sobre objetivos pré-selecionados, para conseguir a destruição da metade da indústria e de um quarto da população de uma superpotência, desorganizando completamente a vida nas principais cidades e impedindo o prosseguimento de operações militares em grande escala.

Obviamente, para se ter certeza de uma **destruição garantida** correspondente a 250 armas nucleares explodindo sobre os objetivos pré-selecionados, é necessário possuir um número superior de armas nucleares; e esse número de armas nucleares terá que ser tanto maior quanto maior for o número de armas nucleares que o inimigo puder lançar num ataque inicial de surpresa.

Dai a corrida armamentista nuclear entre as duas superpotências; essa corrida, do lado norte-americano, tem sido agravada porque as previsões para os programas de armamentos têm sido baseadas sempre na hipótese mais desfavorável, para os norte-americanos, sobre a capacidade soviética de construção anual de armas nucleares e de misséis intercontinentais; essas hipóteses sobre a capacidade soviética não têm sido confirmadas pela realidade posterior.

Há um fator psicológico inegável na atitude, adotada por ambos os lados, de que quem tiver maior quantidade de armas nucleares e misséis estará mais seguro; essa atitude não tem base na realidade e pode conduzir a uma falsa segurança; o risco de uma corrida armamentista nuclear sem freios é maior do que o risco decorrente de uma ligeira inferioridade em armas nucleares e misséis, em relação à outra superpotência.

Considerando como 250 o número básico de armas nucleares para causar a **destruição garantida**, como acima explicado, os estrategistas calculam a capacidade de **superdestruição (overkill)** dividindo por 250 o número de armas nucleares que uma superpotência pode lançar de uma vez, o que depende do número de misséis intercontinentais, de submarinos portadores de misséis estratégicos e de aviões de bombardeio de longo raio de ação.

Se os misséis forem portadores de ogivas múltiplas (MIRV)

tem-se que multiplicar a capacidade de **superdestruição (overkill)**, acima calculada, pelo número de armas nucleares transportadas em cada ogiva múltipla; a capacidade de **superdestruição** das superpotências ficará grandemente aumentada se for introduzido o uso generalizado de ogivas nucleares múltiplas.

Calcula-se que a capacidade atual de **superdestruição (overkill)** dos Estados Unidos é de ordem de 14 (3 500 armas nucleares lançadas de uma vez) e da União Soviética da ordem de 8 (2 000 armas nucleares lançadas de uma vez); com a introdução generalizada de ogivas múltiplas nos mísseis nucleares intercontinentais, calcula-se que, dentro de três ou quatro anos, os Estados Unidos, dispondo do mesmo número que atualmente dispõem de mísseis intercontinentais, submarinos nucleares e aviões de bombardeio de longo raio de ação, passarão a ter uma capacidade de **superdestruição (overkill)** de 40 (10 000 armas nucleares lançadas de uma vez) e a União Soviética passará a ter uma capacidade de **superdestruição** de 24 (6 000 armas nucleares lançadas de uma vez).

Como cada arma nuclear levada pelos mísseis intercontinentais tem o poder de arrasar um conglomerado urbano ou de indústrias situadas numa mesma área, vemos que, depois das primeiras 250 armas nucleares que chegarem até os objetivos, causando a **destruição garantida** planejada, poderíamos ter, ainda, milhares de armas nucleares explodindo em cima de alvos já destruídos, caso

fôsse usadas todas as armas nucleares existentes nos estoques; essa é a noção de **superdestruição (overkill)**, que mostra que a corrida armamentista nuclear, além de perigosa, é absurda.

Em uma troca total de armas nucleares, entre as duas superpotências, 90% delas iriam explodir sobre áreas de objetivos já arrasados; nenhuma das duas superpotências possui mais do que algumas centenas de áreas de objetivos que justificam o emprego de uma arma nuclear.

O único emprego imaginável de um número tão elevado de armas nucleares seria na tentativa de destruição dos mísseis intercontinentais do inimigo, assim mesmo sem probabilidades de resultados satisfatórios; muitos mísseis do inimigo deixariam de ser destruídos seja por causa da blindagem dos silos subterrâneos, seja porque os silos já estivessem vazios e os mísseis em trajetória, seja porque os mísseis estivessem em localizações desconhecidas, seja, finalmente, porque os mísseis estivessem a bordo de submarinos debaixo da água; isto é, nem para poupar o próprio país de uma **destruição garantida**, um número tão elevado de armas nucleares serviria.

Depois de acumulados os estoques de armas nucleares já existentes, nos arsenais das duas superpotências, deixam de ter significado militar novos acréscimos e torna-se irracional a reação armamentista das superpotências baseada em hipóteses sobre o ritmo com que o adversário poderá

vir a acumular novas armas nucleares.

As duas superpotências devem desligar, tanto quanto possível, as negociações sobre limitação de armas estratégicas das outras fontes de choques e antagonismos entre elas existentes; em outras palavras, um entendimento sobre limitação de armas estratégicas deve ser obtido independentemente da situação no Sudeste da Ásia ou no Oriente Médio, ou em outras frentes de confrontação.

Os dirigentes das duas superpotências devem reconhecer, com cabeça fria, que o interesse e segurança de ambas residem no freamento da corrida armamentista nuclear.

Os referidos dirigentes necessitam compreender que, no estado atual da estratégia militar, a finalidade primordial dos respectivos arsenais nucleares é o de evitar a guerra; se a corrida armamentista está aumentando o risco de guerra e está levando as duas superpotências num rumo de colisão, é indispensável freá-la.

Continuar aumentando os seus arsenais nucleares, a ponto de comprometer a segurança das superpotências e do resto do mundo, não forma sentido, nem do ponto de vista militar, nem do político.

A limitação de armas estratégicas abrange todas as armas de destruição em massa: nucleares, químicas, biológicas e radiológicas; mas, o perigo e o poder de destruição das armas nucleares

são tão maiores que os das outras armas de destruição em massa que se torna indispensável dar-lhes prioridade nas negociações, entre as duas superpotências, para a limitação de armas estratégicas.

Qualquer acordo que limite ou proíba o uso de armas químicas, biológicas ou radiológicas mas que, ao mesmo tempo, não inclua limitações rigorosas e efetivas sobre as armas nucleares, será um acordo inócuo que servirá apenas para tentar esconder a incapacidade das duas superpotências de porem um freio na corrida armamentista nuclear.

Um fator de perturbação das negociações sobre limitação de armas estratégicas é o surgimento do potencial nuclear chinês que, mesmo embrionário quando comparado ao das superpotências, não pode ser ignorado; tanto os Estados Unidos como a União Soviética, principalmente esta última, têm preocupações com a proliferação nuclear chinesa e sentem necessidade de instalar um sistema de mísseis antimíssil; porém a simples existência de tal sistema afeta a **deterrença** soviético-norte-americana.

No estado atual do armamento e da estratégia nucleares, os meios ofensivos têm grande superioridade sobre os meios defensivos; destruir é muito mais fácil do que evitar a destruição.

Para que as negociações sobre limitação de armas nucleares cheguem a algum resultado positivo, é necessário que os estrategistas militares que servem de

assessôres aos dirigentes das duas superpotências não recomendem uma estratégia militar que repose nos seguintes conceitos já ultrapassados:

a) que quanto maior fôr o número de armas nucleares que o país possua, além dos atuais estoques, maior será a sua segurança militar;

b) que é possível vencer uma guerra nuclear entre as duas superpotências;

c) que é possível montar um sistema de defesa que evite uma destruição intolerável no caso de uma troca maciça de golpes nucleares.

Qualquer acôrdo sôbre armas nucleares, a que cheguem os Estados Unidos e a União Soviética, ainda deixará uma margem de risco para cada um deles; não se pode imaginar um acôrdo que proporcione às duas superpotências uma segurança completa, uma em relação a outra; o que é preciso reconhecer é que qualquer acôrdo sôbre limitação de armas nucleares envolve risco menor que a atual corrida armamentista nuclear.

Tudo indica que, se surgir entre as duas superpotências um primeiro acôrdo de limitação de armas estratégicas, será na base da manutenção de uma elevada capacidade de **destruição garantida** de parte a parte; seria um primeiro acôrdo de freamento da corrida armamentista nuclear, sem grandes reduções dos estoques das armas já existentes;

seria um acôrdo em que as superpotências se absteriam de aumentar a sua capacidade de **superdestruição (overkill)** com a introdução, nos seus arsenais, das ogivas nucleares múltiplas (MIRV) que, atualmente, representam a maior ameaça de aceleração da corrida armamentista nuclear; seria um acôrdo sôbre limitação de sistemas de mísseis antimíssil, de modo que êsses sistemas não afetassem, sensivelmente, a **deterrência mútua** soviético-norte-americana.

Um primeiro acôrdo sôbre limitação de armas estratégicas só poderia ser mais amplo, envolvendo grandes reduções nos estoques de armas nucleares se, por um passe de mágica, surgisse um ambiente de confiança entre as duas superpotências ou se ambas concordassem com um amplo sistema de inspeções de suas instalações e armamentos nucleares, o que não é provável na fase atual.

Uma vez estabelecido um primeiro acôrdo, numa ocasião futura oportuna, dependendo da melhoria da situação internacional, seria possível cogitar de outros acôrdos que envolvessem uma redução substancial dos excessivos estoques de armas nucleares atualmente existentes.

Sômente depois de vencidas essas etapas seria possível cogitar de esquemas mais amplos de desarmamento envolvendo, inclusive, redução de armamentos convencionais e de efetivos das Forças Armadas, das potências militares e dos demais países.